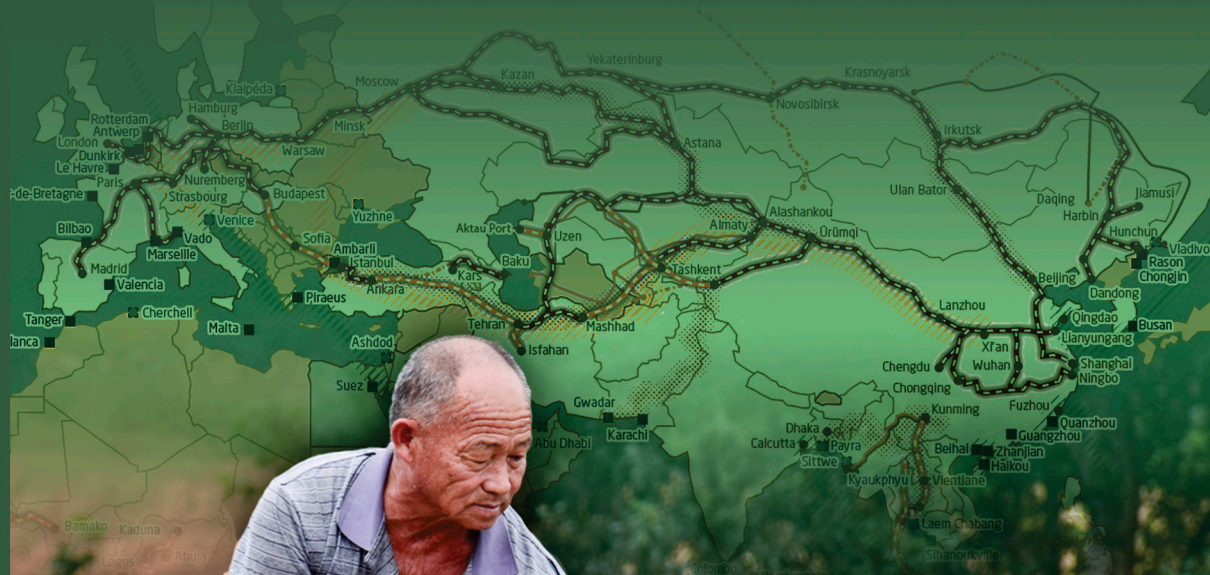


# Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural na China

FABIANO ESCHER | SERGIO SCHNEIDER  
ORGANIZADORES





UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos André Bulhões**

Vice-Reitora

**Patricia Helena Lucas Pranke**

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

**Júlio Otávio Jardim Barcellos**

---

EDITORA DA UFRGS

Diretora

**Luciane Delani**

Conselho Editorial

**Carlos Gustavo Tornquist**

**Henrique Carlos de Oliveira Castro**

**Janette Palma Fett**

**João Carlos Batista Santana**

**Luís Frederico Pinheiro Dick**

**Mônica Zielinsky**

**Otávio Bianchi**

**Sergio Roberto Kieling Franco**

**Simone Sarmento**

**Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca**

**Luciane Delani**, presidente

# Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China

---

FABIANO ESCHER | SERGIO SCHNEIDER  
ORGANIZADORES

© dos autores  
1ª edição 2023

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Fabiano Escher, Sergio Schneider e Regina Vargas  
Tradução: Regina Vargas  
Revisão da tradução: Fabiano Escher e Sergio Schneider  
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt



---

A278 Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China [recurso eletrônico] / organizadores Fabiano Escher [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

462 p. : pdf

(Série Estudos Rurais)

1. Agricultura. 2. Sistema agroalimentar. 3. Alimentação. 4. Segurança alimentar. 5. Desenvolvimento rural – China. 6. Questão agroalimentar – China. I. Escher, Fabiano. II. Schneider, Sergio. III. Série.

CDU 338.43

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-094-5

## Capítulo 2

# Defesa, diplomacia e desenvolvimento: Os “3 D” da ascensão econômica e da projeção mundial da China

**Paulo Fagundes Visentini**

A grande maioria dos estudos sobre o processo de desenvolvimento chinês parte de um sério desconhecimento histórico e de uma visão tecnocrática do mesmo. A China teve, até o século XVIII, o maior Produto Interno Bruto (PIB) mundial e sua numerosa população (também a maior do planeta) é uma decorrência da prosperidade econômica, da estabilidade interna e da segurança externa. Após os primeiros contatos com os ocidentais, houve um refluxo para o isolamento. Mas, a partir do início do século XIX, o país sofreu invasões e viveu revoltas e guerras civis internas, até que, em 1949, foi estabelecida a República Popular da China, por Mao Zedong.

Por 30 anos o país ainda viveu dificuldades e incertezas, pois dentro do Partido Comunista não havia apenas uma estratégia a seguir, mas três:

aliar-se a URSS e seguir seu modelo de desenvolvimento; utilizar o voluntarismo como mobilização das massas camponesas e criar um caminho próprio (Mao); normalizar as relações com o resto do mundo e proceder à extroversão da economia (Deng). Todos foram tentados, sucessivamente, sendo os dois primeiros sob a imposição de embargo econômico e ostracismo diplomático pelas potências ocidentais que dominam o mercado mundial.

Mesmo assim, a China logrou uma modernização notável por meio século, que foi uma pré-condição para um desenvolvimento econômico mundializado. Primeiro, foi necessário garantir externamente a existência do novo regime, com prioridade na *defesa*, inicialmente em aliança com a União Soviética (anos 1950), depois com a autonomia terceiro-mundista (anos 1960). Na sequência, foi necessário normalizar as relações com a comunidade internacional através da *diplomacia*, com a aliança sino-americana (anos 1970) e o ingresso no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao mesmo tempo, foram estabelecidas as bases do *desenvolvimento interno*, condição para o salto qualitativo do *desenvolvimento internacionalizado*, a partir de 1979.

As condições favoráveis acima descritas desapareceram em 1989, com o fim da Guerra Fria, fazendo com que a China tivesse de buscar novas estratégias de inserção internacional. Muitos analistas previram o colapso do país, mas sua economia seguiu crescendo de forma acelerada, assim como a modernização da sociedade, da tecnologia e da governança político-administrativa. Na segunda década do século XXI, a China se tornou a segunda economia mundial e assegurou uma presença global múltipla, sempre fazendo frente a novos desafios. Ao lançar iniciativas como a Nova Rota da Seda e *One Belt, One Road*, bem como a tecnologia 5 G, a China se depara com as pressões comerciais da administração Trump.

Centenas de livros são escritos todos os anos sobre a China e seu desenvolvimento. Porém, poucos adotam a perspectiva chinesa do processo. Cada um vê na China aquilo que lhe interessa. Quanto aos chineses, é conveniente ressaltar que, assim como todo mundo, eles *agem não segundo a realidade, mas conforme a percepção que possuem da mesma*. O presente texto objetiva, nesse contexto, expor como *defesa*, *diplomacia* e *desenvolvimento* estão associados na estratégia política da China, e como ela está fundamentada nas experiências prévias, que embasam as ações da elite nacional. Ao final, são sistematizados os desafios que tal estratégia enfrenta desde o fim da Guerra Fria e apresentadas considerações sobre qual o lugar da China na manutenção da ordem mundial estável e no desenvolvimento global.

## Condições prévias ao desenvolvimento

Nenhum “grande salto” pode ser dado com sucesso, sem uma preparação prévia, sem uma “longa marcha”. Milhares de livros e artigos têm sido escritos tentando compreender o desenvolvimento chinês a partir de seus aspectos internos e externos contemporâneos. Todavia, pouca atenção tem sido dada a fatores anteriores à política modernizadora de reformas e abertura, que lhe serviram de base. Nesse contexto, existem quatro elementos que a viabilizaram, os quais devem, necessariamente, ser considerados: 1) a *tradição histórica* (elemento civilizacional), 2) a *Revolução socialista* (recuperação da soberania e reorganização social e estatal), 3) a *industrialização prévia* (socialista, e a desconhecida cooperação com o Japão) e 4) a *aliança com os Estados Unidos* (que garantiu o ingresso na ONU e a reinserção no concerto das nações).

Sem esses elementos não teria havido uma bem-sucedida e sustentada estratégia de desenvolvimento após 1979, pois, entre as Guerras do Ópio e a Proclamação da República Popular da China, houve 160 anos ininterruptos de conflitos internos e externos que extenuaram o país. Sem a coesão societária e cultural e a continuidade histórica do Estado, teria havido uma desintegração irreversível, como ocorreu em outras nações durante o colonialismo. O contato com as potências ocidentais permitiu, dolorosamente, conhecer o mundo exterior e seus perigos. Já a Revolução, que construiu um regime socialista (centralizado, como no Império), garantiu a recuperação da soberania nacional, reorganizou a sociedade e reestruturou um Estado transformado, que constituíam condições indispensáveis para um desenvolvimento autônomo.

Apesar dos experimentos organizativos, muitas vezes desastrosos, e das lutas internas entre as três correntes do Partido Comunista da China (PCCh),<sup>1</sup> houve uma industrialização básica em setores essenciais. A nação não partiu do zero, como a Coreia do Sul, quando lançou a extroversão do seu desenvolvimento. Além disso, durante a crise do petróleo, de 1973 a 1978, ocorreu uma original cooperação mutuamente vantajosa com o Japão, que sequer tinha relações diplomáticas com a China. Por fim, a aliança sino-americana, iniciada em 1971, permitiu ao país romper com as sanções e o isolamento internacional, bem como receber investimentos e facilidades comerciais dos Estados Unidos. Sem conhecer essas bases prévias, as análises focadas apenas na atualidade podem ser equivocadas e suas previsões, pouco confiáveis.

---

<sup>1</sup> A da industrialização de tipo soviético, a camponesa maoísta e a reformista de Deng Xiaoping.

## A civilização chinesa e sua percepção do mundo exterior

A civilização chinesa possui mais de quatro milênios de história com notável continuidade. O país só foi ocupado por um curto período pelos mongóis (que foram sinizados) durante a Idade Média. Desde suas origens remotas, o Estado chinês foi caracterizado pela ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade, na estabilidade e na continuidade. A necessidade de gigantescos trabalhos hidráulicos para conter as cheias dos rios e estabelecer um complexo sistema de irrigação, construção de canais e de silos para armazenamento de cereais, bem como de organizar a defesa contra as invasões de povos nômades (como a construção da Grande Muralha) representam os fundamentos de tais fenômenos.

A China sempre se caracterizou por um sincretismo religioso que absorveu e sinizou as religiões que penetraram no país, como o budismo e o islã. Além de simples cultos aos antepassados, geralmente de caráter familiar, a China pouco tem de religiosidade, sendo considerada uma civilização com traços laicos. Em grande parte, isto se deve à filosofia confuciana, um conjunto de normas de comportamento social que ocupa parte do espaço que caberia às crenças religiosas. Ainda que pregando a obediência hierárquica familiar e política, o confucionismo considera legítimo que o povo se revolte contra o poder constituído, quando o Imperador não mais trabalha pelo bem da sociedade, perdendo, assim, o *mandato do céu*. Cabe ressaltar que, na China e no conjunto da Ásia, a noção de indivíduo encontra-se subordinada à de coletivo.

Quando o centro político se enfraquece e ocorre uma crise que gera conflitos e produz a derrubada da dinastia imperial, segue-se um período prolongado de caos, fragmentação e conflitos. Toda a sociedade é afetada, do palácio imperial à mais remota e humilde aldeia, dos poderosos mandarins e nobres aos simples camponeses. Os confrontos que se seguem, por sua vez, acabam criando condições para a emergência de uma nova liderança que, assim, recebe um novo *mandato do céu* e estabelece uma nova dinastia. O poder local da nobreza tendeu a ser contrabalançado pela centralização e pela existência de uma burocracia profissional (os mandarins), cujos membros eram recrutados através de um exame universal, aplicado em todas as regiões.

A introdução do cultivo do arroz, oriundo do Sul, além da segurança e da organização das reservas alimentícias, permitiu o aumento da população e uma expansão rumo ao Sul, até o norte do Vietnã. No espaço assim formado, as grandes planícies fluviais constituem o *locus* da civilização



chinesa, que não teve necessidades materiais para conquistas territoriais. Considerava-se o Império do Centro, bem delimitado pelo oceano, pelas estepes e desertos do Norte, pelas montanhas do Himalaia e pela floresta tropical ao Sul. Além desses territórios, viviam os “bárbaros”, muitos dos quais tentavam invadir a próspera China sempre que sofriam alguma crise alimentar, eram pressionados por outras migrações, quando o Império se encontrava enfraquecido ou quando simplesmente conseguiam ter força e organização suficientes para tal.

Para lidar com tal situação, um forte exército munido da avançada tecnologia e obras defensivas como fortes e a Grande Muralha não eram suficientes. Somente fazendo com que esses povos adotassem a cultura chinesa e reconhecessem sua superioridade haveria paz e estabilidade. Assim, nasceu o sistema tributário em torno do Império. O tributo (às vezes, de valor apenas simbólico) tinha como principal objetivo fazer com que o dirigente dos povos vizinhos ou seus representantes, anualmente, comparecessem perante o imperador e se ajoelhassem três vezes diante dele, numa cerimônia em que sua superioridade era reconhecida.

Manchus, mongóis, uigures, tibetanos e outros não eram explorados pela China, mas a ela se associavam, inclusive desempenhando certos papéis no Império (cavalaria mongol, oficiais manchus, sacerdotes tibetanos, comerciantes uigures). Tais relações tributárias eram consolidadas com uma política de casamentos entre nobres e príncipes chineses com seus congêneres das regiões periféricas do Império. Os mongóis conquistaram o Império, foram sinizados e constituíram uma importante dinastia. A Dinastia dos Qing, a última que governou a China (de 1644 a 1911), era manchu. Já a Coreia, o Vietnã e o Japão faziam parte da esfera de influência cultural confuciana, mas o último se manteve isolado e praticamente não esteve associado ao sistema tributário.

Nos séculos XVII e XVIII, a China havia sido um poderoso império feudal que mantinha como vassalos inúmeros territórios vizinhos. O comércio externo era limitado ao máximo e controlado por um funcionário em portos do sul da China, com poucos estrangeiros autorizados. Na verdade, a China não necessitava da importação e sua política de isolamento tinha o propósito de preservar o país de influências e perigos externos. Todavia, isso contribuiu para acentuar a estagnação e seu atraso em relação aos países capitalistas industriais e impedia os dirigentes de conhecerem a força dos outros países. Na primeira metade do século XIX, com o desenvolvimento industrial da Europa, esta aspirava a converter a China em um espaço de exploração colonial.

Por volta de 1820, começou a crescer o contrabando de ópio, controlado pela Companhia das Índias Orientais Britânica, cujos impostos sobre o cultivo e o tráfico do ópio lhe proporcionavam grande lucro e financiavam as importações de produtos da China. O governo chinês sabia das consequências fatais da importação do ópio, que minava a saúde do povo, corrompia os costumes e arruinava o artesanato, drenava a riqueza para o exterior e prejudicava a disciplina no exército e dos funcionários. Em 1839, um comissário imperial em Cantão, encarregado de tomar medidas contra o tráfico e o consumo de ópio, confiscou e destruiu 20 mil caixas do produto.

A ação desencadeou a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), na qual a China foi derrotada, cedeu Hong Kong e comprometeu-se a pagar indenização milionária. Em 1844, Estados Unidos e França deram continuidade ao estabelecimento de tratados desiguais com a China. As agressões externas desorganizavam a economia, aumentando a pobreza e os conflitos internos. Nas décadas de 1850 e 1860, a China foi sacudida pela gigantesca revolta camponesa dos Taiping, que ocupou boa parte do país, obrigando o governo a pedir ajuda ocidental, ao custo de mais concessões. Nesse contexto, a Dinastia manchu dos Qing estava perdendo o mandato celeste.

Em 1872, o Japão, recém industrializado, ocupou as ilhas Ryukyu e, vencendo a China em 1894-5, esta perdeu a Coreia e Formosa. As reações antiocidentais fomentadas pela enfraquecida Dinastia manchu, como a Revolta dos Boxers, em 1900, apenas acarretaram intervenções ainda maiores das potências ocidentais, mais concessões comerciais e de extraterritorialidade, bem como novas perdas territoriais. O Império estava pressionado interna e externamente, enquanto o universo chinês mergulhava no caos e guerras civis e externas que ainda durariam muitas décadas. A lição era clara: o isolamento causou fraqueza, que abriu as portas à cobiça colonial.

## A “Longa Marcha” da Revolução Nacional

Em 1911, foi derrubado o Império e proclamada a República, com a nação mergulhando na anarquia dos Senhores da Guerra, que dominavam as províncias. Dois projetos buscavam a reorganização da nação: O Partido Kuomintang (KMT, Partido Nacional), pro-ocidental, e o PCCh, fundado em 1921. Depois de se aliarem para unificar o país, eles se enfrentaram em guerra civil de 1927 a 1936, quando voltaram a se aliar, agora contra o Japão, que havia ocupado a Manchúria em 1931. E, em 1937, esse país invadiu e conquistou a parte mais rica e povoada da China (o litoral e os

vaes fluviais), só sendo derrotado em 1945, com os bombardeios atômicos em Hiroshima e Nagasaki e o avanço do exército soviético no nordeste da China e norte da Coreia.

Com o fim da II Guerra Mundial, houve tentativas dos EUA e da URSS para a formação de um governo de coalizão chinês, mas nem o KMT nem o PCCh o desejavam. Ambos acreditavam ter força para vencer e eliminar o adversário e, logo, reiniciaram-se os choques entre os dois grupos. Sucederam-se tentativas de mediação patrocinadas pelos EUA e pressões soviéticas sobre os comunistas para que formassem um governo de unidade com os nacionalistas. Em 1946-47, o KMT avançou e dominou as cidades em mãos dos comunistas no Norte. Todavia, embora Chiang Kai-shek tivesse preservado suas forças durante a guerra mundial, visando a eliminar o PCCh, ele subestimava o fato de que Mao Zedong ganhara o apoio dos camponeses e havia crescido no plano militar.

Apesar da falta de apoio soviético, em 1947-48 Mao conquistou várias cidades importantes e avançou para o Sul. Com o agravamento da Guerra Fria na Europa, a URSS decidiu apoiar os comunistas chineses para completarem sua revolução. O KMT e a elite chinesa se refugiaram, então, na província insular de Taiwan (Formosa), onde permaneceram protegidos pela VII Frota norte-americana, enquanto Mao Zedong proclamava a República Popular da China (1º de outubro de 1949). A vitória comunista na China representava, para a diplomacia americana, um sério revés, pois o país era o principal aliado de Washington na região da Ásia Oriental. Mas a China do KMT continuou a ser reconhecida pela maioria da comunidade internacional e a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Durante os anos 1950, a China manteve uma estreita aliança com a União Soviética, pois necessitava ajuda econômica para a reconstrução e proteção militar, uma vez que havia forças hostis na Coreia (onde a China lutou em 1950-53), Taiwan, Indochina e um exército do KMT permanecia na fronteira da Birmânia. O Tibete foi reocupado em 1950, mas o poder feudal dos Lamas foi mantido. Contudo, a reforma agrária e a emancipação dos servos e escravos, promovidas pelas autoridades chinesas em 1959, produziram uma revolta e o êxodo da elite tibetana, que se instalou no norte da Índia, país que tinha interesse no Tibete.

A maioria dos países que reconheceram diplomaticamente a RPC eram socialistas. Apesar de a Índia também haver reconhecido o governo comunista, as relações foram se tornando difíceis, pois, em função da rivalidade com a URSS de Nikita Khrushchov (desde 1956), passou a haver uma espécie de triângulo estratégico, tendo ocorrido, inclusive, uma breve guerra de

fronteira sino-indiana em 1962. O contencioso entre os gigantes comunistas se deveu à proposta de Khrushchov de estabelecer uma coexistência pacífica com o Ocidente (mantendo a China numa posição subordinada), à imposição de um modelo econômico inadequado, à negação de cooperação atômica e à disputa pela liderança do movimento comunista internacional após a morte de Stalin. A China não desejava ser uma *junior partner* no mundo comunista.

Até o início dos anos 1960, a República Popular da China necessitava enfatizar sua segurança, pois se tratava de uma revolução ainda não consolidada, com uma economia débil e que vivia uma conjuntura internacional adversa. Foi a época em que a permanência no bloco soviético, apesar de incômoda, afigurava-se como necessária para atingir aquele objetivo. Houve a reconstrução e uma industrialização acelerada nas grandes cidades, mas a China seguia sendo uma nação agrária. Temendo uma invasão americana ou mesmo soviética, no final dos anos 1950, foi tentado o desastroso Grande Salto à Frente, que representava mais uma estratégia de defesa do que um modelo econômico.

Do início dos anos 1960 aos 1970, a preocupação do PCCh voltou-se para a autonomia e a independência nacionais, pois, apesar dos inúmeros problemas, o país lograra estabilizar-se, e a aliança com Moscou mais entravava que auxiliava os planos chineses de se tornar novamente uma potência de âmbito mundial, politicamente respeitada e economicamente desenvolvida. Houve, então, uma luta pelo poder no Partido, que levou à também desastrosa Revolução Cultural (1966-71) de Mao, que eliminou a facção pro-soviética, mas isolou e desorganizou o país. Mas a China ganhou independência em relação à sua ex-aliada.

Os *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*, enunciados por Zhou Enlai, o fundador da diplomacia da República Popular da China durante viagem à Ásia meridional, representavam um padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; 2) não agressão; 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; 4) igualdade e benefícios recíprocos; e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Esse padrão de conduta internacional foi, desde então, o norteador da diplomacia chinesa, do Movimento Neutralista, e foi adotado pelo Movimento dos Países Não Alinhados (fundado em 1961).

A Revolução criou um novo regime, que era percebido pelos camponeses menos instruídos como uma espécie de nova dinastia com *mandato do céu*. “A China está novamente de pé e ninguém a fará se ajoelhar de novo”,

disse Mao, ao fundar a RPC e o povo compreendeu a mensagem. O regime socialista reconstruiu a infraestrutura arrasada pelos longos conflitos, alimentou o povo, ergueu uma indústria pesada e garantiu a independência e a segurança (em relação a inimigos e “amigos”), apesar da vida simples e do isolamento internacional. Essas condições se revelaram fundamentais para o desenvolvimento ulterior.

## **A industrialização socialista (1949-79) e a cooperação com o Japão (1973-78)**

Durante a época imperialista, foram instaladas na China uma rede ferroviária, conectando partes do interior e as grandes cidades, e algumas indústrias modernas no litoral. Depois, na fase de dominação japonesa e na fase socialista, essa rede ferroviária foi ampliada e modernizada. Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses instalaram outras indústrias na Manchúria, as quais foram temporariamente confiscadas pelos soviéticos e, depois, devolvidas. A reconstrução foi a ênfase após a instauração da RPC, mas o país sofreu forte e prolongado embargo internacional. Nas décadas de 1950 e 1960, o esforço do Estado foi incrementar a indústria dessa região nordeste, que possuía recursos naturais e boa rede de transporte, ao mesmo tempo que instalava um grupo de grandes empresas industriais vertebrais nos eixos Beijing-Tianjin-Tangshan e Lanzhou, Wuhan e Xian, buscando uma primeira interiorização do desenvolvimento. Isso foi logrado, inicialmente, com apoio soviético e, depois, com esforço próprio.

Nos anos 1970, a política de instalação de indústrias se voltou para Sichuan, Qinghai, Ningxia e Guizhou. Logo foram instaladas as siderúrgicas em Sichuan e Gansu, ligadas a minas de carvão na região. Um complexo automotriz foi instalado também em Shaanxi, Hunan e Hubei, com a industrialização atingindo o centro do país. É importante notar que esse salto foi logrado durante o choque petrolífero, quando o Japão necessitou de petróleo, carvão e mercado para sua produção. Em contrapartida, fez investimentos na modernização de portos, rodovias, ferrovias, minas e prospecção de petróleo, com a China pagando em produtos primários, sem se endividar.

Exatamente como a relação que agora tem com a África, só que em termos inversos. Segundo a sinóloga norte-americana Deborah Brautigam (2009, p. 46-47),

[o] Japão foi um dos primeiros países a ingressar no fabuloso mercado chinês. Em 1973, assustado com a segurança energética e tentando diversificar os suprimentos

depois do primeiro choque petrolífero, o Japão passou a importar petróleo dos campos chineses de Daqin. [...] Em 1978, após anos de árduas negociações, os dois países assinaram um acordo de longo prazo, mutuamente benéfico. O Japão ofereceu empréstimos em yen com juros baixos para financiar a implantação de uma indústria de alta tecnologia e insumos para a mesma, que a China pagava em petróleo e carvão. [...] Claramente, os dois lados viam isso como uma estratégica parceria tipo “win-win”.

Com o processo de abertura, nos anos 1980, o eixo de industrialização foi deslocado para as regiões costeiras do Sul, nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), voltadas prioritariamente à exportação. Posteriormente, Xangai foi escolhida como centro de tecnologia de ponta, enquanto a industrialização se deslocava para o Noroeste, na região de Xinjiang, da minoria uigur, zona rica em petróleo e gás. Todo o desenvolvimento recente foi obtido a taxas extremamente elevadas, num curto período de tempo, mas partiu de uma base e experiência preexistentes, anteriores à política de abertura e reformas. Como foi visto, pode-se constatar que já havia uma base de desenvolvimento industrial e de infraestrutura *antes* do início das reformas, e que a China já tinha experiência em abertura, no caso, com o Japão.

## A aliança sino-americana e o ingresso da RPC no Conselho de Segurança da ONU

Nas primeiras duas décadas após a implantação da República Popular, a China enfrentou significativo isolamento internacional, contando especialmente com o bloco soviético, nos anos 1950, e com o Terceiro Mundo, na década de 1960. As ameaças, representadas alternadamente pelas duas grandes potências durante o período, fizeram com que a diplomacia chinesa conferisse máxima prioridade à reinserção do país no sistema da ONU, garantindo uma independência e estabilidade que não dependeriam de um “aliado especial” mais poderoso que ela. O arquiteto de tal política foi o patriarca da diplomacia chinesa, Zhou Enlai, que sobrepujava o alquebrado Mao, o qual se tornara uma figura decorativa após a Revolução Cultural.

No início dos anos 1960, a composição e o perfil da ONU foram substancialmente alterados. A *détente* entre os dois blocos (devida ao relativo equilíbrio estratégico), a fissura dentro dos mesmos (com a autonomia da França e da China) e a recuperação da Europa ocidental e do Japão criaram uma tendência à multipolaridade. Esse processo foi, paralelamente, potencializado pela descolonização afro-asiática e pelo advento do nacionalismo

latino-americano que, além de darem origem ao Movimento dos Países Não Alinhados, foi responsável pelo ingresso maciço de países do Terceiro Mundo na ONU. Isso não apenas alterou o equilíbrio internacional, como deu à Assembleia Geral das Nações Unidas um outro posicionamento nos assuntos mundiais. A ONU deixava de ser um mero instrumento norte-americano no contexto da Guerra Fria (temida pela China), para se tornar um fórum e uma arena política complexa, ensejando possibilidade de alianças e composições.

Com o encerramento da Revolução Cultural, um cenário qualitativamente diferente se configurava na RPC, com o progressivo desgaste do maoísmo e a ascensão das estratégias reformistas. No início da década de 1970, o país, face à impossibilidade de permanecer confrontado simultaneamente com as duas superpotências mundiais, alterou radicalmente sua política externa. É conveniente lembrar que, em 1969, haviam ocorrido conflitos armados de fronteira com a URSS. A reaproximação entre a China e os Estados Unidos poderia forjar uma aliança antissoviética.

Assim, em 1971, a China Popular acercou-se dos Estados Unidos (então em dificuldades no Vietnã), através da *Diplomacia do Ping-Pong*, no contexto da Doutrina Nixon. Como decorrência desse realinhamento, a República Popular da China tornou-se membro do Comitê de Segurança da ONU (no lugar de Taiwan), além de ter seu regime reconhecido e suas relações normalizadas com os países capitalistas desenvolvidos. Kissinger visitou a China em 1971 e Nixon em 1972. Ao mesmo tempo, encerrava-se o longo ciclo de conflitos internos. O maoísmo com ênfase na luta de classes foi deixado de lado. Mao Zedong morreu em 1976 e o grupo reformista ampliou seu poder, nele emergindo a liderança de Deng Xiaoping.

A base comum de tal cooperação era uma aliança estratégica contra aquilo que a liderança chinesa considerava como “hegemonismo soviético”. Para os EUA, representava uma forma de controlar os movimentos de libertação nacional (especialmente o do Vietnã), enquanto para a China a cooperação bilateral envolvia também benefícios econômicos e tecnológicos. Tais relações comerciais, de investimento e de transferência de tecnologia, apesar de atrasadas em relação ao que o Japão já realizara, deram à China a oportunidade de evitar conflitos externos. Mais do que isso, permitiu ao país embarcar na revolução científico-tecnológica, quando ela iniciava no Ocidente e, assim, modernizar sua economia e estabelecer vínculos privilegiados com os EUA e a Europa ocidental.

A nova estratégia diplomática chinesa tinha seu sustentáculo teórico na *Teoria dos Três Mundos*, apresentada por Deng Xiaoping, em 1974, na Assembleia Geral da ONU. Segundo tal concepção, EUA e URSS eram

agrupados num mundo, os demais países capitalistas desenvolvidos no segundo, e as nações periféricas no terceiro (incluindo a China). Contudo, tal teoria acentuava especialmente a crítica ao “social-imperialismo” soviético. Iniciava-se, assim, a terceira fase da política externa chinesa, caracterizada pela busca da modernização.

A política de abertura e reformas logrou consolidar-se em fins de 1978 e início de 1979, com a adoção das Quatro Modernizações, a normalização com o Japão e o estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA. Deng Xiaoping, o novo líder desde a morte de Mao, em 1976, defendia um projeto diferenciado, ainda que também fundamentado nas ideias de Zhou Enlai. A China agora deixava de ser grande apenas em superfície e população. Ela se tornava uma potência diplomática, inserida na comunidade internacional, e iniciava um processo contínuo de desenvolvimento que, três décadas depois, a transformariam na segunda economia do mundo.

## A China no mundo globalizado

Muitas nações de porte tentaram lançar um processo acelerado de desenvolvimento, melhorando sua posição no sistema mundial, mas poucas conseguiram. Para isso, é necessário ter soberania, evitar conflitos internacionais, construir bases econômicas e logísticas prévias e ter um governo estável e capacidade de dissuasão militar externa. Através dos mecanismos mencionados, a China logrou construir tais elementos. Sua história e civilização lhe garantiram coesão sociocultural e sua revolução permitiu reforçar e modernizar as capacidades do Estado e da segurança externa, bem como a independência nacional. Também logrou a construção de uma base industrial e de infraestrutura suficientes para avanços posteriores.

Isso foi reforçado com a cooperação econômica com o Japão nos anos 1970 e com a aliança estratégica com os Estados Unidos no mesmo período. Permitiu à China ser uma potência autônoma, inserida no concerto das nações e no comércio mundial. Apesar de sua revolução ser chamada de “socialista”, a China sabia que estava longe de ter o desenvolvimento necessário para a construção do socialismo. Por isso adotou as reformas modernizadoras, uma controlada abertura externa, a política de “um país, dois sistemas” e o modelo de Economia Socialista de Mercado, desde 1979. Tal estratégia partiu das experiências e realizações acumuladas no período anterior.

A ênfase chinesa voltou-se, então, para a modernização do país em quatro áreas: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas. O melhor cami-



nho para atingir esses objetivos seria implementar uma política de reformas econômicas internas, abrir o país ao dinamismo da revolução tecnológica que se iniciava, associar-se à revoada dos gansos asiáticos e tirar o máximo de benefícios econômicos e estratégicos de uma aliança com os Estados Unidos, durante uma fase de distensão internacional. Além disso, a normalização com o Japão, ocorrida em 1978, permitiu a Beijing dismantelar progressivamente a *Pax Americana* na Ásia, que mantivera afastados os dois maiores países da região. Washington percebeu a nova conjuntura unicamente a partir de seus objetivos, sem levar em consideração todos os futuros desdobramentos dessa política.

Ainda que marcada por inúmeras dificuldades bastante conhecidas, a RPC não teria de partir do zero. Por outro lado, a manutenção de uma estrutura socialista paralela, bem como de um considerável volume de população vivendo no campo permitiram ao setor capitalista da economia dispor de uma mão de obra abundante a um custo extremamente baixo. Educação, saúde, habitação, alimentação e transporte público têm um custo baixo na China, permitindo-lhe uma elevada competitividade. Esse é o significado profundo da ambígua expressão *economia socialista de mercado*.<sup>2</sup> Além da base material e da estabilidade sociopolítica construídas pelo regime socialista, a China tinha ainda a possibilidade de utilizar outros trunfos, que haviam favorecido o desenvolvimento de Taiwan, Hong Kong e Cingapura: a diáspora chinesa e seus recursos financeiros.

Ao alterar a ênfase de sua política, da luta de classes para as reformas rumo ao mercado, à abertura externa e à aliança com Washington, os comunistas de Beijing não apenas reinseriam o país no concerto das nações, como multiplicavam os sinais de confiança, destinados a atrair os investimentos de seus compatriotas de além-mar, associando-os ao projeto e modernização e oferecendo-lhes bons negócios. Essa estratégia viria a ser coroada de sucesso, mesmo em relação aos irmãos-inimigos do outro lado do estreito de Formosa. Com a introdução do princípio de *uma nação, dois sistemas*, Beijing conseguiu lograr exitosamente a reincorporação dos dois últimos enclaves coloniais, Hong Kong e Macau, respectivamente em 1997 e 1999. As mudanças introduzidas na China e as reformas propostas pelo líder reformista soviético Mikhail Gorbatchov no plano internacional, todavia, afetaram o país, gerando expectativas e apreensões. O ano de 1989 foi um ano-chave, com manifestações na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), a emergência

---

<sup>2</sup> Segundo Carlos Medeiros (1999), a economia socialista de mercado consiste na descentralização do planejamento e na centralização do mercado.

de uma clivagem interna no Partido (o Primeiro- Ministro Zhao Zyang apoiava os manifestantes) e a visita de Gorbatchov (que serviu de estímulo ao protesto). Houve, então, a repressão ao movimento, que não era tão pacífico nem logrou mobilizar a população (majoritariamente rural).<sup>3</sup> A China evitava a sorte do Leste Europeu, cujos regimes foram desmantelados por sua camada tecno-burocrática e, dois anos depois, a URSS se desintegrava e o comunismo soviético desaparecia.

O regime político e o projeto econômico chineses já não interessavam mais ao Ocidente, que se tornou crítico. Em uma década, Deng passou de “Homem do Ano” a “açougueiro” na narrativa política dos Estados Unidos. A instrumentalização da questão do Tibete e a cisão do Partido Kuomintang em Taiwan (que realizou sua primeira eleição apenas em 1988!) geraram tensões internacionais. A China se voltou para sua diáspora e para as nações asiáticas. Em 1990, o Primeiro-Ministro Lee Kuan Yew, de Singapura, visitou a China e defendeu o apoio ao desenvolvimento chinês. Beijing não vetou a ação americana contra o Iraque no mesmo ano, em troca do levantamento das sanções. Mas, em 1997, ano da devolução de Hong Kong, eclodiu a crise financeira asiática, que foi percebida pela China como uma manobra especulativa.

A partir de então, a China passou a valorizar mais seu mercado interno, os espaços mundiais periféricos negligenciados pelo Ocidente (como a África) e os seus vizinhos pós-soviéticos. Em 1996, lançou, com a Rússia e as repúblicas centro-asiáticas da Ásia Central, o que veio a ser a Organização de Cooperação de Xangai, com foco político, securitário e econômico. A essa aderiram, posteriormente, a Índia e o Paquistão. Nascia um núcleo eurasiático.

A expansão do cenário estratégico asiático para o interior da Eurásia significa a ampliação de recursos naturais e industriais deste, mas, num quadro de maior diversidade, igualmente o surgimento de novos problemas e conflitos. Isso afeta tanto os países da Ásia quanto os EUA. Se, por um lado, os primeiros conseguem, com isso, ampliar seu espaço de manobra econômica e diplomática, por outro, a complexidade contida na nova realidade em formação acrescenta dificuldades a uma região que atravessa uma evolução acelerada (com todas suas implicações) e não conta com mecanismos

---

<sup>3</sup> A grande maioria da população observou esse movimento com certa cautela, pois a Revolução Cultural, que tantos danos trouxe ao país, iniciou no mesmo local (apenas 14 anos antes), quase da mesma maneira. Ver obra de Mackerras, Taneja e Young (1998), autores australianos referidos na bibliografia. Os acadêmicos da Austrália são, provavelmente, os ocidentais mais objetivos na análise da China e que mais conhecimento possuem, pois sua segurança e economia (pela proximidade geográfica) dependem de uma compreensão real, e não de narrativas ideológicas.

próprios de segurança coletiva. Para os Estados Unidos, uma Ásia ampliada, comportando maior número de atores políticos e com uma economia que progressivamente entrelaça o próprio continente, significa maiores dificuldades de influência sobre a evolução político-econômica da região.

Existe também outra realidade nova que precisa ser levada em conta quando se analisa o fenômeno asiático. No estudo dos cenários estratégicos dos anos 1990, alguns analistas se referem à formação de um *Novo Segundo Mundo*, nucleado pela República Popular da China. De fato, como lembra o politólogo britânico Fred Halliday (2004), até 1989, viviam em países classificados como socialistas, 1,7 bilhões de pessoas. Após o colapso do bloco soviético, existiam ainda 1,3 bilhões nessa posição. Não se trata, contudo, de considerar isso um simples elemento residual.

Acadêmicos norte-americanos, como Samuel Huntington (1997), destacaram que o fim do conflito Leste-Oeste e o enfraquecimento de ideologias universalistas, como o socialismo, tiveram seu lugar ocupado pelo *conflito de civilizações*. Assim, o *Novo Segundo Mundo* atravessa uma *nova política econômica* que, diferentemente da soviética, não se encontra limitada a “um só país”, mas inserida na economia mundial, sobre a qual influi de maneira considerável e crescente. Além disso, ele está gestando um paradigma alternativo para a construção de uma ordem mundial não hegemônica, com um modelo de desenvolvimento nacional, de segurança e de governabilidade – o que atrai a atenção mundial, numa época marcada pela instabilidade do pós-Guerra Fria.

Esse *Novo Segundo Mundo*<sup>4</sup> mantém uma discreta e sutil cooperação estratégica com o “Velho Segundo Mundo” (reduzido à Rússia e à maioria das repúblicas ex-soviéticas), como foi visto, e também tem uma relação menos antagonica do que se poderia pensar com os países capitalistas da Ásia. Por um lado, os modelos de desenvolvimento e os regimes políticos dos países asiáticos possuem fortes semelhanças e importantes interesses comuns, sejam eles formalmente capitalistas ou socialistas. Estes modelos político-econômicos, “autoritários e estatistas” na perspectiva norte-americana, encontram-se hoje sob pressão ocidental, desde o campo dos direitos humanos ao dos mecanismos econômicos. A tendência dos países da região, então, é a de afirmar certo discurso e política comuns. Contudo, alguns são extremamente vulneráveis a esse tipo de pressão, por sua dependência diplomática, militar e comercial em relação aos EUA. Assim, a China, embora se esquivando

---

<sup>4</sup> O conceito de Novo Segundo Mundo foi apresentado no *Estudo de Microcenários*, realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

formalmente de desempenhar tal papel, acaba sendo a principal garantia do chamado “modelo asiático”, um dos responsáveis pelo acelerado crescimento econômico da região.

A guerra ao terrorismo, a partir de 2001, foi percebida pelas autoridades chinesas como uma forma de cerco ao país, agravada pelas tensões no estreito de Taiwan, no Mar da China Meridional e na península coreana. Como resposta à crise financeira mundial gerada pelo *sub-prime* nos EUA, a China se associou à Rússia, à Índia e ao Brasil na formação do BRIC, ao qual a África do Sul se associou posteriormente. Não se trata de um “bloco antiocidental”, mas de um grupo que coopera em defesa da estabilidade financeira, econômica e político-militar mundiais. A China se tornou a segunda economia do mundo e não deseja um conflito ou militarização, que desviariam investimentos e recursos do seu desenvolvimento, pois o tempo trabalha a seu favor.

Todavia, frente às pressões comerciais (agravadas pela administração Trump), a China teve que investir na modernização do seu sistema de defesa e lançar novas iniciativas econômicas. Dentre elas, a mais notável é a Nova Rota da Seda, complementada pela OBOR (*One Belt, One Road*), as quais criam corredores logísticos e de desenvolvimento, dando suporte à formação de um espaço eurasiático. Mas não exclusivamente nessa região, pois se prolonga a países de outros espaços, até com investimentos na América Latina, África e Europa Ocidental.

Do ponto de vista estratégico, observa-se uma pressão de Washington sobre o núcleo da União Europeia e o Japão, como forma de afastá-los da China e reforçar os vínculos anteriores com os Estados Unidos. O problema é que a “conexão chinesa” com o capitalismo mundial representa um dos pilares maiores da estabilidade do sistema econômico mundial. Em muitos aspectos, a disputa comercial entre Donald Trump e Xi Jinping parece mais uma disputa entre sócios, simbioticamente ligados, do que um verdadeiro conflito. Algo como aconteceu entre os EUA e o Japão nos anos 1980, então chamada de “guerra comercial nipo-americana”.

O desenvolvimento chinês não apenas está recuperando a posição internacional da nação, como também está contribuindo para o crescimento da economia mundial e para a criação de uma ordem global multipolar, sem guerras nem hegemonias. Da falida Grécia à marginalizada África, pode-se observar os impactos positivos da cooperação Sul-Sul movida pela China. Contrariando os críticos e detratores, bem como as normas do sistema econômico ocidental em desaceleração, o “dragão chinês” contribui decisivamente para a construção do século XXI para toda humanidade.

Seu fracasso foi anunciado muitas vezes, mas, como no passado, a China tem agido com prudência e se adaptado continuamente. Um exemplo de que tradição e transformação não são incompatíveis. Mas o potencial conflitivo e irracional da situação atual não pode ser negligenciado. A economia global falará mais alto do que a fragmentação política? Trump logrará bloquear o movimento histórico rumo à multipolaridade e reafirmar a “unipolaridade” norte-americana? Muito da resposta dependerá da resposta da enigmática China, exigindo um constante e realista exercício de análise acadêmica e estratégica.

## Referências

- BRAUTIGAM, Deborah. *The Dragon's gift*. The real story of China in Africa. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MACKERRAS, Coli; TANEJA, Pradeep; YOUNG, Graham. *China Since 1978*. Melbourne: Longman, 1998.
- MEDEIROS, Carlos. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, Jose Luis (org.) *Estados e Moedas: o desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 279-411.